

CORREIO NACIONAL



Cerca de 24,9 mil médicos atuam em 4,2 mil cidades

Mais Médicos: 407 profissionais começam a atuar

A partir desta semana, 407 médicos formados no exterior e que concluíram o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Programa Mais Médicos começam a atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Ministério da Saúde, a previsão é que o grupo atue em 180 municípios e 15 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), distribuídos em 22 estados.

“Com a chegada desses médicos, o Ministério da Saúde espera impactos positivos nas comuni-

dades atendidas, como a ampliação do acesso aos serviços de saúde na atenção primária, a redução do tempo de espera por atendimento com a utilização do prontuário eletrônico do SUS (e-SUS APS), além de avanços significativos na saúde indígena”, destacou a pasta em nota.

De acordo com o comunicado, antes de iniciarem as atividades, os profissionais de saúde passaram por um treinamento específico para atuar em situações de urgência.

Terapia hormonal

Entidades protocolaram no STF uma ação para suspender a resolução do Conselho Federal de Medicina que revisa critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero.

Na ação, protocolada na terça, a Associação Nacional de Travestis e

Transexuais e o Instituto Brasileiro de Transsexualidades contestam a resolução publicada na semana passada. A norma contestada proíbe os médicos de prescreverem bloqueadores hormonais para tratamento de incongruência de gênero ou disforia de gênero em crianças e adolescentes.

CNU de 2025 deve ter 3 mil vagas

O próximo Concurso Público Nacional Unificado (CNU) deve ter cerca de 3 mil vagas, e a abertura das inscrições está prevista para o mês de junho. As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (23) pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo a ministra, o termo de referência para a chamada das empresas candidatas a compor a banca do concurso já está pronto. Esther Dweck disse que essas informações, se forem publicadas no próximo edital, podem ser divulgadas de forma oficial nesta semana ou na próxima.

23 anos da Lei de Libras

O Ministério da Educação dedicou a manhã de quinta para celebrar os 23 anos da promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão dos surdos.

O evento foi transmitido pelo Canal do MEC no YouTube.

A secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação, Zara Figueiredo, fez uma saudação a toda a comunidade surda presente e destacou a importância de o ministério ter criado a Diretoria Bilíngue de Surdos

Movimentação em aeroportos cresce

No primeiro trimestre deste ano, mais de 23,7 milhões de viajantes embarcaram em voos nacionais movimentando os aeroportos por todo o país.

Apenas no mês de março, foram quase 8 milhões de passageiros.

O número divulgado

nesta quarta-feira, 23 de abril — pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), reguladora vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos —, representa um crescimento de cerca de 6% para o terceiro mês do ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

Monitoramento de agressores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado das ministras Cida Gonçalves (Mulheres) e Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) e da primeira-dama Janja Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira (24), Lei que garante o monitoramento de agressores de mulhe-

res por meio de tornozeleiras eletrônicas. A medida aprimora a Lei Maria da Penha no que diz respeito a medidas protetivas nos casos de violência doméstica e familiar. Com o dispositivo, a polícia e a vítima serão alertados sobre a aproximação indevida do agressor.

Trabalho doméstico: avanços legais e exploração

Campanha Nacional pelo Trabalho Doméstico Decente faz alerta

A evolução da legislação em contraste com a realidade de exploração das trabalhadoras domésticas no Brasil é um dos principais desafios de gestores públicos e também de quem atua para impedir violações de direitos dessa categoria profissional. Essa é a avaliação da auditora fiscal do trabalho Carla Galvão de Souza, coordenadora Nacional de Fiscalização do Trabalho Doméstico e de Cuidados, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Souza participou, na última quarta-feira (23), do lançamento da Campanha Nacional pelo Trabalho Doméstico Decente, no Recife. A iniciativa do governo federal, liderada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi realizada às vésperas do dia dessas profissionais, celebrado no próximo domingo, 27 de abril.

Apesar da data, a campanha é permanente. Ao longo de todo o ano, auditores-fiscais, por exemplo, distribuem, durante suas fiscalizações, cartazes informativos sobre direitos trabalhistas para condomínios residenciais exibirem nas áreas comuns e elevadores, bem



Campanha mostra contraste entre evolução de leis e cenário exploratório

como cartilhas para trabalhadoras e empregadores domésticos.

A auditora Carla Galvão de Souza explicou que a campanha busca mobilizar e sensibilizar a sociedade, promover diálogo com entidades de empregadores e da categoria, e também ampliar a fiscalização para averiguar se há cumprimento das obrigações trabalhistas que estão na Lei Complementar 150 e na Constituição Federal.

Carla Galvão de Souza ressaltou que há avanços a celebrar, principalmente em relação à valorização cada vez maior dos direitos para essa categoria. Ela também destaca que a divulgação desses direitos tem sido expressiva na repercussão de casos de resgates de pessoas em situação análoga à escravidão.

A auditora recordou que, em 1º de maio de 2024, houve a publicação da Lei 12.009, em prol do trabalho doméstico

decente. “Foi um grande ganho dos últimos anos. O nosso desafio agora é realmente colocá-la em prática. Ainda hoje nós temos direitos que não são iguais para as trabalhadoras domésticas”, afirmou.

Algo que tem sido observado pelos auditores é a falta de controle das jornadas, o que incluem os casos, por exemplo, de pessoas que dormem na casa do patrão, sem que haja um fim do expediente.

Participação de vulneráveis no CNU

A Defensoria Pública da União (DPU) ingressou com uma ação civil pública contra a União, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para assegurar alternativas aos candidatos em situação de vulnerabilidade nos cursos de formação inicial do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). O Cebbraspe e a Enap são os responsáveis pelos cursos de formação. Essa etapa do certame tem caráter eliminatório e classificatório.

A ação tem como foco gestantes, puérperas (mulheres que passam pelo período pós-parto), lactantes, mães de crianças com deficiência, e pessoas com doenças graves, com deficiência, com necessidade de cuidados intensivos, com mobilidade reduzida ou em estado de imunossupressão (baixa



Processo não prevê flexibilização para casos excepcionais

imunidade).

De acordo com a DPU, a medida pretende garantir a esses candidatos alternativas à frequência nos cursos de formação inicial, sem que sejam expostos a riscos à saúde física ou emocional, nem privados do convívio com seus filhos, no caso da fase de aleitamento materno.

A DPU argumenta que a ausência de medidas inclusivas coloca em risco não só a perma-

nência no concurso, mas também a saúde física e emocional dos candidatos.

“O edital do CPNU impõe regras rígidas que desconsideram essas condições e resultam na exclusão injusta de candidatos vulneráveis, mesmo após aprovação em todas as etapas do concurso”, diz a DPU.

A ação tramita na 1ª Vara Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, e foi assinada pelos defensores regionais

de Direitos Humanos Erlando Silva Junior, de MS, e Eduardo Nunes de Queiroz, do Distrito Federal.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou à Agência Brasil que a resposta da ação civil pública da DPU deve ser dada pelo Cebbraspe e pela Enap.

Na ação, a DPU solicita a imediata medidas de inclusão, como a oferta de participação remota no curso - por meio de aulas ao vivo simultâneas, gravadas e materiais complementares; a possibilidade de realização do curso em data futura; a aplicação de provas dos cursos de formação em datas alternativas, abono de faltas justificadas por motivos de saúde ou maternidade, ainda que ultrapassem o limite de faltas (25%) previsto no regulamento.

O edital do processo seletivo exige frequência mínima de 75% nas atividades presenciais, em Brasília, sem prever flexibilizações para casos excepcionais.

STF

Aprendizado sobre Justiça, Constituição e democracia

O que é democracia? A pergunta instigou plateias de estudantes da rede municipal de ensino de Fortaleza (CE) na quinta-feira. Com idade entre 12 e 15 anos de idade, 86 alunas e alunos das escolas municipais Laís Rodrigues de Almeida e a professora Fernanda Maria de Alencar Colares aprimoraram seu aprendizado sobre direitos fundamentais.

A juíza-ouvidora do Supremo Tribunal Federal, Flávia Martins, abordou a importância do respeito às diferenças, da tolerância, da liberdade de escolha e de pensamento, lembrando que esses direitos também implicam responsabilidades.

STJ

STJ e Itamaraty assinam acordo de cooperação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) celebraram, nesta quinta-feira (24), um acordo de cooperação com o objetivo de promover eventos e outras ações de interesse recíproco, incluindo o fornecimento de apoio técnico e logístico e demais serviços necessários. Assinado pelo presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, e pelo chanceler Mauro Vieira, o acordo prevê a criação de um plano de trabalho, em regime de colaboração mútua, para viabilizar a realização de ações conjuntas em todos os setores em que haja uma interação entre as atividades das duas instituições.

TSE

Ação rescisória não é cabível em requerimento de registro

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve, na sessão desta quinta-feira (24), o indeferimento do registro de candidatura de Célio Romano Ximenes Fonseca (PP) ao cargo de vereador de Cupira (PE) nas Eleições de 2024.

O candidato havia entrado com ação rescisória contra o indeferimento do registro. No entanto, os ministros reforçaram a jurisprudência do Tribunal de que a ação rescisória só pode ser utilizada para desconstituir decisão que contenha declaração de inelegibilidade, e não em processo que verse sobre o próprio requerimento de registro de candidatura (RRC).

TCU

Gastos do governo fora do Orçamento Geral da União

O Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu, na terça-feira (23/4), painel de referência com representantes do governo federal e de instituições financeiras públicas para discutir os riscos e desafios relacionados à realização de despesas e financiamento de políticas públicas por meio de mecanismos que não transitam diretamente pelo Orçamento Geral da União (OGU).

A iniciativa está inserida no processo TC 025.632/2024-8, de relatoria do ministro Bruno Dantas.

O objetivo da auditoria é identificar, descrever e analisar os impactos do uso de instrumentos não usuais.